

## Degração Audiência Pública

**Empreendimento: Residencial Fazenda Santa Maria**

**Processo de Licença Prévia: 00391.0000.2684/2018-29**

**Data: 16/12/2021**

**Vídeo:** [https://www.youtube.com/watch?v=BS5vrdAH\\_go&t=1974s](https://www.youtube.com/watch?v=BS5vrdAH_go&t=1974s)

[Início do áudio] (00:00:01)

**Alisson Santos (Presidente da Sessão)** – Boa noite a todos, meu nome é Alisson, Superintendente de Licenciamento Ambiental e nesta noite estamos realizando a audiência pública para o parcelamento de solo urbano denominado Fazenda Residencial Fazenda Santa Maria, localizado na Fazenda Santa Maria, Quinhão 10, Setor Meireles, Região Administrativa de Santa Maria.

A gente vai fazer uma breve introdução sobre a audiência pública e logo após a gente vai passar para o Marcelo, representante do empreendimento, para fazer uma apresentação técnica de cerca de 40 minutos, até 40 minutos sobre o empreendimento e durante esse meio tempo, nós estaremos abertos a receber questionamentos, dúvidas de toda a população que venha a assistir.

Durante essa introdução a gente vai passar algumas regras, os contatos, né, e aquela toda a possibilidade de participação de todos que é de suma importância e em virtude das medidas de enfrentamento da pandemia, decorrente do novo coronavírus, estabelecidas pelo Governo do Distrito Federal, todas as normas de controle da pandemia, nós estamos realizando a audiência pública em formato online, essa audiência pública é transmitida ao vivo pelo Youtube e ela vai ficar no canal oficial do Brasília Ambiental até, permitindo que a população a qualquer tempo, faça, assista, né a audiência pública e a participação não só se dê no dia de hoje, é sendo possível a participação popular em outros momentos, né, a gente tem um prazo de dez dias após a audiência pública para poder aceitar e-mails e contatos em relação a audiência pública. Outra questão importante também é que todo o processo de licenciamento ambiental ele é público, portanto, né, tudo que está sendo tratado aqui é público e de acesso a população, então pode utilizar os canais de comunicação de ouvidoria, protocolo do Brasília Ambiental para que nos possamos estar oferecendo todas as informações à comunidade.

Então no dia de hoje, exatamente às 19 horas e 23 minutos nos damos início a essa audiência pública, ela tem previsão de se estender até as 10 horas da noite, com intervalo de 15 minutos, após o primeiro momento, né, a gente inclusive, havendo a prorrogação, havendo a continuidade da discussão, a nossa ideia aqui que a gente consiga atender todos os questionamentos que sejam apresentados, entretanto, ao chegar as 10 horas da noite, caso ainda haja encaminhamentos a serem apresentados, questionamentos, nos iremos disponibilizar mais 30 minutos de prorrogação. Então esta audiência pública pode ir até por volta de dez e trinta, certo?

Esse ritual de audiência pública está estabelecido na Instrução Normativa nº 27 de agosto de 2020 do Brasília Ambiental, assim como na Resolução Conama nº 494 de 11 de agosto de 2020, justamente permitindo a audiência pública remota devido aos motivos aqui já elencados.

O Residencial Fazenda Santa Maria, ele tem como o processo de licenciamento ambiental o nº 39100002684/2018-29 e a localização é na Fazenda Santa Maria, Quinhão 10, Setor Meireles, Região Administrativa de Santa Maria. Nesse momento é requerido a Licença Prévia que é o momento da realização da audiência pública conforme artigo 291 da Resolução, Lei Orgânica do Distrito Federal, é um parcelamento de solo urbano, o empreendedor é a Mangabeira Empreendimentos Imobiliários e a empresa responsável pelo estudo técnico que é representada hoje aqui pelo Marcelo é a Paranoá Consultoria e Planejamento Ambiental, o responsável técnico é o Marcelo Pedrosa Pinelli. A audiência pública foi publicada conforme Lei 5081 de 2013 e no site do Brasília Ambiental, é conforme estabelece a Instrução Normativa 27, toda a documentação e estudos dessa audiência pública foi previamente divulgada no site do Brasília Ambiental e lá se manterá, portanto, a população continuará com acesso a essas informações para que a qualquer tempo possam fazer a consulta. O objetivo da audiência pública é, ela é aberta para qualquer interessado, né, que tenha por objetivo apresentar e discutir o estudo de impacto de vizinhança referente ao empreendimento em tela né, e a nossa proposta é que ela possa servir de fonte de apresentação de questionamentos e propostas para tanto esclarecer a comunidade quanto também trazer elementos que possam ser observados dentro do processo de licenciamento ambiental.

É o trâmite do processo de licenciamento ambiental para esse empreendimento deve-se dar na ordem trifásica, ou seja, nós temos três fases: licença prévia, licença de instalação e a licença de operação, sendo que neste momento a gente está trabalhando com a primeira licença que é a licença prévia, que uma vez é passado pela audiência pública e atendidos todos os estudos técnicos e informações necessárias será emitida essa licença prévia para que posteriormente o interessado possa ingressar com a licença de instalação e aí sim, após acessar a licença de instalação poder instalar o empreendimento que posteriormente ainda passará pela licença de operação. Todos esses processos normalmente são públicos e estará à disposição da população.

A transmissão dessa audiência pública, né conforme estabelecido nas normas, definirá, né, aquela população e que não tem acesso facilitado a internet, a audiência pública está sendo transmitida no Stand da empresa Direcional em Santa Maria, localizado na BR-040, em frente ao Monumento Solaris, conhecido como chifrudo. Portanto né, aquela população da região que estará localizada no empreendimento que porventura, não tenha acesso a internet ou tenha dificuldade a acessa-la de boa qualidade pode ir até esse local que é a novamente repetindo Stand da Direcional, empresa Direcional, localizado em frente ao chifrudo e lá estará sendo transmitido com todos os protocolos de segurança seguidos para que esta população tenha acesso a essa audiência pública para que possam assim como todos os que me acompanham de suas casas possam transmitir, é possam encaminhar também seus questionamentos e colaborações ao esse momento.

É, as perguntas, desde o momento da abertura da audiência pública, os questionamentos podem, devem, ser apresentados pelos canais oficiais aqui divulgados, desde aquela tela inicial que estava disposta, mas aqui eu faço a informação, né. Nós recebemos por via whatsapp, e o número é 61 992489698, repetindo, 61 992489698. Em formato de texto ou em formato de áudio e ou para o e-mail licenciamento.ibram@gmail.com, repetindo licenciamento.ibram@hotmail.com, desculpa, @gmail.com, licenciamento.ibram@gmail.com.

Nos temos um formulário divulgado no site do Brasília Ambiental que é o [www.ibram.df.gov.br](http://www.ibram.df.gov.br), no qual orientamos que seja acessado para que seja

encaminhando por e-mail esse questionamento. Whatsapp, e-mail podem ser encaminhados documentos que serão anexados a Ata. Alguém que tiver um documento que tenha interesse em anexar ao processo é que seja que ilustre a sua participação e colaboração pode encaminhar por estes meios também que ele fará parte do processo. Informação importante é que o chat do Youtube não é o canal válido para o encaminhamento de contribuições, então novamente é o Youtube ele não é portal válido para receber as perguntas. Nós orientamos que sempre envie para o e-mail licenciamento.ibram@gmail.com ou para o whatsapp número é 61 992489698.

Qualquer pessoa poderá se manifestar na audiência pública, exclusivamente em formato online, é, né, tanto por um canal quanto pelo outro, texto ou áudio que podem ser encaminhados. Importante ter a identificação né, o nome completo da pessoa que está fazendo essa o questionamento. Se for representante de algum grupo ou associação que coloque o grupo ou associação que está participando para que a gente também faça o devido. As mensagens que não contém a identificação do interessado não serão válidas e incluídos na audiência pública. A manifestação deve ser realizada de forma objetiva para melhor aproveitamento das contribuições. O Estudos Ambientais de impactos ambientais, sempre de forma sempre apresentando uma linguagem que seja respeitosa e que traga de fato questionamento ou qualquer colaboração ao momento. É, a ordem de manifestação será de acordo com a chegada, então quem encaminhar primeiro terá suas respostas inicialmente. Os áudios que forem encaminhados solicita-se que se restrinja a um tempo de 3 minutos, é, caso for manifestação individual e até 5 minutos, caso for a manifestação representante de alguma associação ou grupo. As mensagens válidas serão agrupadas e serão sequencialmente apresentadas conforme a ordem de chegada. No final de tudo, se não tiver, houver, tempo hábil ainda com prorrogação, essas mensagens farão parte da Ata e terão as respostas encaminhadas por e-mail ou por outro meio que foi apresentado. Independente da participação no momento ao vivo, né, essa audiência pública fica disponibilizada no canal do Brasília Ambiental no Youtube e o interessado, né, toda a população ela vai ter até 10 dias para poder participar encaminhando seu questionamento. Aqueles de desejam encaminhar posteriormente, nós solicitamos que envie pelo e-mail sulam S U L A M @ibram.df.gov.br, sulam@ibram.df.gov.br, onde serão respondidas com prazo de até 30 dias.

Vamos lá, a duração da audiência tem previsão de inicialmente de duas horas podendo ser prorrogada por 30 minutos. A Audiência será dividida em quatro blocos, o primeiro é esse aqui, que é a abertura, posteriormente o segundo bloco é a apresentação técnica da consultoria do empreendimento, ela tem tempo inicial de 30 minutos podendo ser estendida por mais 15 minutos. Posteriormente há um intervalo de 15 minutos para na sequência nos voltarmos com a resposta aos questionamentos que irão chegar durante este período.

Então a gente pede para quem que desejar fazer a participação que desde já podem encaminhar os e-mails ou whatsapp, conforme foi aqui vinculado, eu vou repetir antes de encerrar e passar para o Marcelo e aí dizer que a participação de todos é de suma importância e que posterior a apresentação da empresa e o intervalo de 15 minutos nós iremos, é, responder esses questionamentos aqui apresentados. Então finalizando só queria repetir aqui, as formas de contato, tá, peço a todos que desejem fazer a participação que possam mandá-las pelo telefone através do aplicativo whatsapp 61 992489698, assim como também pelo e-mail licenciamento.ibram@gmail.com. É importante colocar que as pessoas que desejem fazer o uso da participação por e-mail, nós pedimos para que entre no site do Ibram [www.ibram.df.gov.br](http://www.ibram.df.gov.br) e que acesse o

formulário para poder fazer o encaminhamento, portanto, finalizando essa etapa de introdução eu passo a palavra ao Marcelo Pinelli, responsável técnico pelo empreendimento e representante da empresa Paranoá Consultoria a quem trará as informações pertinentes a esta audiência pública. Obrigada Marcelo, fica à vontade, a palavra é contigo.

**Marcelo Pinelli (Diretor da Paranoá Consultoria e Planejamento Ambiental)** - Obrigado, Alisson! Boa noite, vamos apresentar aqui o relatório técnico do parcelamento de solo Residencial Fazenda Santa Maria. O parcelamento de solo está situado na região administrativa de Santa Maria, bacia hidrográfica do ribeirão Santa Maria, né, entre as rodovias vicinal 371 e a BR-040.

Bom, em relação ao PDOT, a área situa-se em Zona Urbana de Expansão e Qualificação, né, são áreas propensas a ocupação urbana, predominantemente habitacional. Essas áreas têm como diretrizes planejamento de infraestrutura de saneamento ambiental e uma média densidade populacional. A área de estudo, a área do parcelamento, ela não interfere com qualquer APM ou com qualquer conector proposto no PDOT.

Bom, em relação ao Zoneamento Ecológico, Ecológico Econômico que é o instrumento de planejamento e gestão do território de forma sustentável, o estudo, ele o ZEE faz a identificação das fragilidades da área, né, do DF, ele produz mapas de risco e os projetos urbanísticos eles precisam se adequar a esses mapas, né, propondo medidas de controle ambiental que considerem estas fragilidades. No caso do empreendimento, né, existem dois riscos identificados no ZEE que é perda de área de recarga de aquíferos e contaminação do subsolo e o projeto urbanístico desenvolvido para o setor, o estudo urbanístico, ele contorna essas, esses riscos considerando, né, uma permeabilidade de 20%, né, da área parcelada e uma condicionante de abastecimento, né, de esgotamento sanitário interligado a rede da Caesb.

Bom, o projeto urbanístico, ele possui uma área total de quase 46 hectares e uma área permeável de 9,57 hectares, em atendimento ao PDOT. Uma população estimada em 11.014 habitantes, né, e área pública de 13,26 hectares e 4 lotes comerciais. Essa, essa ocupação, ela faz parte de um estudo preliminar que já foi aprovado pela SEDUH.

Então aqui nós temos o quadro de ocupação das áreas, né, com total aqui, com a área total dos lotes, né, a tipologia de cada lote, a faixa não edificante, espaços livres de uso público e a área total do parcelamento.

Bom, no diagnóstico ambiental, é vamos começar falando da geologia, a geologia da área ela é formada por arenitos e metarritmitos arenosos, né, que correspondentes a unidade Serra da Meia Noite ou R3 e um quartzito médio da unidade Ribeirão Contagem, quartzito médio mais resistente e o metarritmito mais friável, né, a distribuição destas unidades é apresentado no mapa né, apresentado no slide.

Bom, os solos correspondem a são solos latossolos vermelhos, são solos permeáveis, são solos bem típicos do Distrito Federal e que permitem uma ocupação urbana, uma ocupação urbana organizada.

Em relação a geotecnia, foram realizados 4 ensaios do tipo SPT, tá, e foram identificadas nesses ensaios 4 unidades geotécnicas, uma primeira camada correspondente, corresponde a um solo argilo silteoso, uma segunda camada um solo silte arenoso, um terceiro um solo arenoso e finalmente o impenetrável. O nível de água

foi identificado entre 1,2 e 10 metros de profundidade, a direita a gente tem aí uma ilustração do equipamento utilizado para fazer o ensaio.

Bom, em relação a geomorfologia, a área, ela, situa-se sobre Unidades das Chapadas Elevadas, mas em um contexto de declividade muito baixo, tá, em toda a poligonal, né. A declividade ela... da poligonal não é superior a 8%, como pode ser visto no mapa de unidades, de declividade apresentado na figura ao lado.

Bom, em relação, em relação ao risco geotécnico, o que se considera é que cada solo possui um grau de erodibilidade e aqui a declividade é um fator preponderante para a ocorrência de processos erosivos, o cruzamento destas duas informações nos gera um mapa que indica a suscetibilidade a erosão de uma região, neste caso, né, o cruzamento destas informações foi realizado um estudo e está disponível para consulta e mostra uma suscetibilidade a erosão muito baixa ou muito fraca, né, em toda a área de estudo.

Bom, em relação ao ruído foram... foram avaliados dois pontos de ruído, esses pontos foram situados nas extremidades do empreendimento e eles mostraram valores compatíveis de ruído, compatível com a legislação para o uso pretendido.

O uso do solo na área, é, a área ela encontra-se praticamente toda antropizada, já existe um uso, é, urbano na área, um uso semi-urbano de urbanização, né, com poucas áreas de cerrado e cerrado típico.

Foi feito também levantamento da flora, das árvores, né da tipologia das árvores existentes na área de estudo e foram identificados 3.127 indivíduos, esses indivíduos pertencem a 57 família e a 142 gêneros. 40 destas espécies são nativas do cerrado e 182 espécies são antrópicas e 121 são nativas. O volume médio de madeira estimado foi de 19,2 m<sup>3</sup>/ha.

A fauna, é, foi feito um estudo, né, na da fauna da região, os pontos de amostragem estão representados na figura e foram avaliados a Herpetofauna que são os répteis e anfíbios, ornitofauna, as aves, a Mastofauna que são os mamíferos e invertebrados terrestres que são os dípteros, né, os insetos.

Os resultados, eles mostram quatro espécies endêmicas ou ameaçadas de avifauna que seriam o papagaio galego, soldadinho, a gralha do campo e o batuqueiro. Em relação a Mastofauna foi identificada a ocorrência da raposinha e gato do mato. Espécies exóticas e invasoras, né, lagartixa, rã, foram as espécies da Herpetofauna identificada e avifauna bico de lacre e pardal são as espécies mais recorrentes. As espécies identificadas, né, na área numa relação entre espécie e ambiente mostra que são espécies de ambiente aberto e de mata de galeria e habitats antropogênicos. Os resultados refletem a paisagem encontrada na área caracterizada por vegetação de cerrado em meio a áreas urbanas e ambiente alterado.

Bom, em relação a socioeconomia é, avaliou-se aqui a ocupação urbana da cidade de Santa Maria, né e aqui uma relação, um levantamento de informação em relação ao gênero, uma quantidade um pouquinho maior do gênero feminino e uma idade média da população de 31 anos. Os setores empregadores da comunidade, né, serviços, comércio e indústria nessa ordem. E um rendimento domiciliar médio de 2 a 5 salários-mínimos. O meio de transporte para o trabalho, ele é predominantemente ônibus, né, seguido de automóveis e a distribuição dos domicílios, ela é predominantemente horizontal, residencial, casas.

Bom, em relação aos equipamentos públicos, a região é bem servida de equipamentos públicos, mas todos eles se encontram na cidade de Santa Maria, então tem escolas,

hospitais, segurança, delegacia, equipamentos de esportes e feiras, enfim, a região ela é bem atendida nos equipamentos de urbanização.

Em relação ao transporte público, existem parada de ônibus a aproximadamente 1 km do empreendimento, né, a tendência é que se tenha uma aquisição de uma nova frota, uma vez que houver ocupação do empreendimento. A origem, né, geralmente é Santa Maria, Plano Piloto, Taguatinga, ou os municípios próximos do estado de Goiás.

Bom, em relação ao trânsito foram avaliadas as vias e rodovias, né, que circundam o empreendimento. Foram avaliadas a BR 040, DF 290 e VC 371. Aqui a gente tem imagens, né, aqui em cima da BR 040, a esquerda a DF 290 e a direita em baixo a VC 371, que é a rodovia, a pista que será feito o acesso ao empreendimento. Aqui a gente tem o mapa com a localização de acesso ao empreendimento, a VC 371 é a que está imediatamente ao lado poligonal de estudo, o acesso será feito por ela.

Bom, os estudos de tráfego também são anexos do licenciamento ambiental e eles propõem medidas compensatórias para ocupação do empreendimento, né, dentre eles faixa de rolamento, né, de acesso ao empreendimento na VC 371, faixas de aceleração e desaceleração também na VC 371, é retificação dos retornos na DF-290 e faixa de aceleração e desaceleração na DF-290.

É, em relação a infraestrutura, né, foram feitas reuniões e discussões com a equipe técnica da Caesb, né, e a solução apontada como alternativa no momento é o abastecimento por poços tubulares profundos, né seguidos por unidade de tratamento simplificado e reservação. Esse sistema, ele já se encontra outorgado na Adasa, a outorga já foi emitida e faz parte dos anexos do estudo, bem como parecer aprovando essa alternativa pela Caesb.

Bom, o esgotamento sanitário, ele prevê uma adutora, né, atendendo o empreendimento. Essa adutora ela cruza a área rural, né, ela cruza a área rural, o ribeirão Santa Maria e vai até a ETE de Santa Maria, essa alternativa também foi discutida com a Caesb e já foi aprovada.

O sistema de drenagem pluvial, ele conta com uma bacia de detenção, na verdade um sistema de detenção composto por reservatório de qualidade e de quantidade, essas bacias, elas estão situadas na área rural, próxima ao empreendimento né e lançamento final no ribeirão Santa Maria. A outorga de lançamento do ribeirão já faz parte dos anexos do estudo e a concepção de drenagem já foi aprovada pela Novacap.

Os resíduos sólidos, né pela resposta do SLU há capacidade de atendimento e há uma estimativa de geração de 120 litros de resíduos sólidos indiferenciados por unidade autônoma, por residência né.

A CEB ou a Neoenergia né, já respondeu também que há capacidade de atendimento e que haverá necessidade de remanejamento de rede em função das ocupações existentes.

Bom o Prognóstico Ambiental. O prognóstico apresenta cinco etapas, né, de ocupação da área. Primeiro, os estudos preliminares que a etapa que nós nos encontramos, um segundo momento a etapa de supressão da vegetação que é quando há remoção da cobertura vegetal, terceiro momento a terraplanagem, as obras de terraplanagem, instalação de infraestrutura e finalmente a ocupação da área.

Então aqui nós temos a ação ambiental que no caso seria o planejamento das intervenções de infraestrutura, as ações aqui no caso o levantamento de informação da

área e elaboração de projetos e levantamento de campo e os impactos ambientais. No caso aqui a gente tem o aumento do conhecimento científico, geração de expectativas, aumento da arrecadação tributária e valorização imobiliária e isso é decorrente da primeira etapa de planejamento das intervenções de infraestrutura.

No segundo momento nos temos a supressão da vegetação, nós temos aqui os impactos alteração da paisagem e movimentação de máquinas e equipamentos e aqui nós temos alguns impactos no meio biótico e no meio físico. No meio biótico a redução da cobertura vegetal, incidência de dípteros vetores e afugentamento de fauna e no meio físico ocorrência de processos erosivos, elevação dos níveis de ruído e alteração da qualidade do ar.

No terceiro momento a gente tem a terraplanagem e instalação de infraestrutura, a gente tem como impactos a compactação e impermeabilização do solo e movimentação de máquinas e veículos pesados. E aqui nos impactos ao meio físico e ao meio biótico que já foram causados na etapa anterior e a gente tem impactos no meio físico que é a alteração da dinâmica das águas superficiais e subterrâneas, ocorrência de processos erosivos e assoreamento, elevação dos níveis de ruído, né, e alteração da qualidade do ar, esses permanecem.

E no quarto momento, é obras civis e ocupação. A gente tem a construção das residências e utilização de recursos naturais. A gente tem impactos no meio físico e impactos ao meio socioeconômico. No meio físico a gente tem a produção de resíduos sólidos e efluentes e aumento no consumo de água e energia. E em relação ao meio socioeconômico geração de empregos, novas opções de moradia e crescimento populacional ordenado e aumento no fluxo de pessoas na região.

Esses impactos e essas medidas elas são discutidas aqui neste quadro, aqui não vou ler todas para não ficar muito chato, mas alteração da qualidade do ar, a gente tem na supressão da vegetação, na terraplanagem e na infraestrutura, a mitigação desses impactos passa por restringir veículos e máquinas pesadas nas vias externas, uso de aspersores em vias e operação de equipamento dentro das especificações técnicas. Todas essas ações de mitigação, bem como o programa que elas fazem parte esta expresso nos estudos ambientais e faz parte dos anexos, né, disponibilizado no site do Ibram.

É, geração de resíduos da construção civil, né, ele ocorre na instalação da infraestrutura e das edificações, a mitigação é promover medidas necessárias e possíveis para amenizar a geração de resíduos pelo empreendimento, em especial os resíduos que não possuem reciclagem ou reuso e a coleta e segregação, acondicionamento, transporte e disposição final adequada dos resíduos sólidos. Essas ações de mitigação, elas estão expressão no Programa de Gestão Ambiental das Obras e no Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil que fazem parte dos anexos do estudo.

Temos aqui a redução da cobertura vegetal, ela ocorre na fase de supressão da vegetação, a mitigação se dá no atendimento a legislação quanto a manutenção de 40% da vegetação de cerrado, isso é atendido no projeto de urbanização manutenção de áreas verdes com espécies nativas no urbanismo e na compensação florestal de áreas verdes ao equivalente a 8,71 há, tá? Também estão expressas no Programa de Controle e Monitoramento Ambiental das Obras e Plano de Supressão Vegetal. E afugentamento de fauna, né, ele ocorre na supressão da vegetação, na terraplanagem e na fase de infraestrutura e a mitigação acompanhamento resgate de indivíduos concomitantemente

a supressão da vegetação e manutenção de equipe de prontidão durante as obras. Essas ações se encontram expressas no Programa de Controle e Monitoramento Ambiental das Obras e no Programa de Afugentamento e Resgate da Fauna.

Outras medidas, é, novas opções de moradia, ela ocorre na operação, divulgação do empreendimento e está expresso no Programa de Educação Ambiental. Crescimento Populacional Ordenado na fase de operação, também divulgação do empreendimento nas suas fases iniciais, juntamente com as medidas de controle ambiental. O programa, o Programa de Educação Ambiental.

Bom, a conclusão é que o parcelamento de solo se situa em área urbana de expansão, ele se se situa em área urbana de expansão e qualificação, segundo a lei complementar 854 de 2012, o PDOT. A propriedade é particular, a matrícula dela é a 48.667, registrada no 5º Cartório de Ofício Imóveis do Distrito Federal no Gama; não sobrepõem Unidades de Conservação e não há áreas legalmente protegidas na poligonal de estudo.

Geotecnicamente não há restrições para a edificação. Haverá supressão da vegetação, sendo que 91% da área, ela já se encontra antropizada. A fauna, elas são espécies generalistas e as espécies endêmicas identificadas, elas estão situadas, né, em toda a região, não necessariamente na área do parcelamento. O uso pretendido é o uso, é, que está sendo predominante na região e ausência de sítios arqueológicos na área.

Bom, o abastecimento de água, ele vai ser realizado por poços tubulares até implantação do sistema Corumbá, quando haverá interligação com o sistema. Esgotamento Sanitário interligado ao sistema da Caesb. A drenagem é autorizada pela Novacap e o lançamento no Ribeirão Santa Maria que já conta com outorga de lançamento.

Os impactos são típicos da atividade desenvolvida e possui metodologia de mitigação. Bom, considerando a avaliação realizada neste estudo a equipe técnica se posiciona pela viabilidade técnica da implantação do empreendimento.

É isso, né, vou deixar aqui este slide para que vocês possam novamente ver os contatos e telefone para contato, para envio de dúvidas e nos vamos ficar aqui a disposição de vocês para é na fase de perguntas. Ok, obrigada.

[Pausa na transmissão] (00:35:45 a 01:00:45)

[Considerando falha na transmissão do áudio na quarta parte da audiência pública, é apresentado a seguir transcrição do que foi falado no momento]

**Alisson Santos (Presidente da Sessão)** – Olá, estamos de volta para a quarta etapa dessa audiência pública. Bom, aguardamos mais do que os 15 minutos que havia comentado no início e não tivemos qualquer manifestação de interessados pelas formas de contato que avisamos na primeira parte dessa apresentação. Vou aqui lembrar as formas de contato. Via whatsapp pelo número (61)99248-9698, na forma de texto ou de áudio, pelo email: licenciamento.ibram@gmail.com. Solicitamos que no caso de e-mail, as contribuições deverão ser enviadas conforme o formulário disponível no site do Ibram. Gostaria de lembrar também que todas as mensagens deverão ter o nome completo do interessado, se for representante de algum grupo, associação ou entidade, incluir o nome completo desta). Mensagens que não contenham a identificação não serão validadas e incluídas na Audiência Pública. Assim, essa apresentação será colocada à disposição dos interessados no canal do Ibram no Youtube e fica aberto prazo de 10 dias para manifestação dos interessados. Por fim, lembrando que essa é a última audiência pública do ano, gostaria desejar a todos um feliz natal e um excelente

ano de 2022! Quero agradecer a presença do Marcelo aqui, representante do interessado, pela apresentação e abrir espaço para que faça os comentários finais.

**Marcelo Pinelli (Diretor da Paranoá Consultoria e Planejamento Ambiental) -** Gostaria de agradecer a todos os participantes da audiência pública e lembrar que o projeto de parcelamento de solo proposto na fazenda Santa Maria é parte do processo de licenciamento ambiental, instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente e da Política Distrital de Meio Ambiente. O procedimento aqui apresentado cumpre o solicitado pelo Órgão Ambiental, no caso o Ibram, para o licenciamento do empreendimento e conta também com autorização para licenciamento do Iphan, outorgas previa de lançamento de drenagem pluvial e de captação de águas subterrâneas emitidas pela Adasa, bem como projetos de concepção de infraestrutura aprovados pelas concessionárias de água, esgoto e drenagem pluvial. Os impactos a serem causados se restringe àqueles tradicionalmente causados por esse tipo de empreendimento, não havendo qualquer impacto não mitigável. O estudo apresenta alternativas de mitigação para todas as fases do empreendimento bem como as compensações a serem realizadas pelo empreendedor. Por fim, gostaria de lembrar, como colocado pelo Alisson, que o estudo está à disposição dos interessados integralmente no site do Ibram e que essa audiência está disponibilizada na internet para aqueles que não puderam acompanhar. Nos colocamos a disposição de todos para esclarecimentos e desejamos a todos um excelente final de ano! Obrigado!